



## PROPOSTA

"CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS PROMOCIONAIS  
E DE DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPINHO"

### ANEXO I

#### MODELO DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1. André Moreira Meneses, com o NIF 236041070, residente na rua 33 N.º915 1.º Esq G 4500-315, Espinho, na qualidade de representante legal de Newmeaning Unipessoal Lda, com o NIF 513974636, com sede na Rua 33 N.º915 1.º Esq G 4500-315, Espinho, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS PROMOCIONAIS E DE DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPINHO"**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo :

- a. Certidão permanente/código de acesso;
- b. Declaração com o preço contratual;
- c. Orçamento (lista de preço unitário de todos os serviços);

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;



## PROPOSTA

"CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS PROMOCIONAIS  
E DE DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPINHO"

i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Espinho, 10 de maio de 2017